

ESTRATÉGIAS AMBIENTAIS E GOVERNANÇA AMBIENTAL DO CLIMA: CARBON DISCLOSURE PROJECT\BRASIL

luana das graças queiroz de faria
(UFBA)
José Célio Silveira Andrade
(UFBA)

Resumo

Há diversas iniciativas para combater as mudanças climáticas, dentre elas, a adoção voluntária do Carbon Disclosure Project (CDP), envolvendo a participação e a sensibilização dos atores-não estatais, sobretudo, das empresas no cumprimento do Desenvolvimento Sustentável e da Governança Ambiental Global (GAG). Assim, este trabalho objetivou investigar as estratégias ambientais e político-institucionais adotadas pelas empresas brasileiras participantes do CDP na Governança Ambiental Global (GAG) do Clima. Para tanto, utilizou-se estudo exploratório, bibliográfico e a estratégia qualitativa mediante análise de conteúdo da literatura e, principalmente, do relatório do CDP 2008. Os resultados obtidos demonstraram que as abordagens adotadas para responder ao problema das mudanças climáticas priorizaram os interesses estratégicos das organizações e tiveram o direto envolvimento de altas instâncias das empresas. Quanto há presença de estratégias ambientais, destacou-se a estratégica, influenciada pelo reconhecimento das empresas com os riscos e as oportunidades ambientais para os negócios. Contudo, apesar do aumento da atuação do setor privado na GAG, o CDP, é um mecanismo, ainda incipiente, principalmente na sua utilização como ferramenta gerencial.

Palavras-chaves: Governança Ambiental Global do Clima, Empresas Brasileiras, Carbon Disclosure Project. Estratégias Ambientais

1 INTRODUÇÃO

As mudanças climáticas emergiram como uma questão importante na política ambiental nas últimas décadas, em função da possibilidade destas afetarem gravemente a humanidade num futuro próximo, recebendo assim um volume sem precedentes de atenção de políticas municipais, estaduais, nacionais e globais (CARBON DISCLOSURE PROJECT, 2007). Embora as alterações climáticas influenciem globalmente causas, manifestações e políticas internacionais, a diversidade de mecanismos de resposta criados em países e regiões para lidar com essa questão costumam ser fundamentalmente domésticas (KOLK; PINKSE, 2007).

A constituição de estratégias para o enfrentamento desse problema é bastante complexa, por haver em torno dele um conjunto de interesses de países e, principalmente, dos grupos corporativos e de setores econômicos representativos. Há diversas iniciativas para combater as mudanças climáticas; dentre elas, cita-se a adoção voluntária do Carbon Disclosure Project (CDP), envolvendo a participação e a sensibilização dos atores não-estatais¹, sobretudo das empresas, no cumprimento do desenvolvimento sustentável e da Governança Ambiental Global (GAG).

O CDP é um mecanismo corporativo importante para popularização do tema das mudanças climáticas e para o empreendimento de esforços em âmbito global. No entanto, a realidade brasileira tem enfatizado uma forte tendência para adoção de políticas de carboneutralização², voltadas para as atividades de compensação e não de redução das emissões. Ela também tem estimulado o surgimento de novos ambientes corporativos, que se diferenciam por considerar oportunidades e ameaças de aspectos ambientais na avaliação ativos intangíveis, como a imagem organizacional e a qualidade das relações estabelecidas com os *stakeholders*.

¹ Neste artigo, empregam-se os termos “setor-privado”, atores-corporativos, “agentes empresariais”, “operadores não- estatais”, “agente transnacional”, “agentes não- estatais”, “entidades não-soberanas”, “empresas” e “ corporações “ como sinônimos.

² Compensação de uma quantidade CO₂ e outros gases do efeito estufa emitidos, através da execução de projetos que seqüestrem esses gases, teoricamente neutralizando seus impactos

Apesar do crescimento do papel dos atores empresariais na formulação e definição de políticas para a GAG, há um predomínio ainda estatocêntrico nessa temática. Essas novas abordagens teóricas conferem relevância ao discurso dos atores empresariais e constata a falta de estudos empíricos existentes nesse campo (KOLLECK, 2009; ANDRADE, 2009). Diante dessa perspectiva, este artigo parte do seguinte questionamento: Quais são as estratégias ambientais e político-institucionais adotadas pelas empresas brasileiras participantes do CDP, e os seus reflexos na GAG? Esforços corporativos têm sido empreendidos para influenciar na direção e no processo de negociação internacional dos regimes de Governança.

Nesse sentido, o presente artigo se propõe investigar as estratégias ambientais e político-institucionais adotadas pelas empresas brasileiras destinatárias do CDP em 2008. Para atingir este propósito foram adotadas, como procedimento metodológico, uma abordagem exploratória e a técnica de análise de conteúdo, fundamentalmente qualitativa. Os dados secundários foram obtidos através de pesquisa bibliográfica, buscando explicar o problema, a partir das referências teóricas publicadas em artigos, livros, dissertações e no CDP.

Assim, a estrutura do artigo é composta por duas partes, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira, são apresentadas as considerações teóricas; na segunda, são expostos os procedimentos metodológicos, utilizados segundo a técnica análise de conteúdo e a descrição analítica das categorias e seus resultados.

2 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

2.1 Governança Ambiental Global e o Carbon Disclosure Project

A proteção ambiental desencadeada a partir dos anos 70 estimulou um diálogo entre a ciência, a política e a natureza (LALOUR, 1999 apud MILANI, 2009). Contudo, é na década de 80 que os temas relacionados às mudanças climáticas - a biodiversidade, o desflorestamento e a desertificação - constituíram uma agenda comum nas negociações políticas e econômicas, marcando assim o período em que o meio ambiente se torna objeto de políticas públicas em níveis local, nacional e global. Particularmente em nível global, houve uma multiplicação de estruturas governamentais e não-governamentais (MILANI, 2009; BARROS-PLATIAU, 2001).

Para Milani (2008, p.290), há atualmente um “conhecimento acumulado e uma consciência mais ampla acerca dos limites impostos pela natureza, presentes nos discursos e modo de ação política dos atores estatais e operadores não-estatais das relações internacionais”. Nesse entendimento, as preocupações ambientais relativas às mudanças climáticas insurgem como um “sistema complexo” e desafiador, entrelaçando uma rede de atores estatais e não-estatais para enfrentamento desse problema (FIGUERES e IVANOVA, 2005; ESTY e IVANOVA, 2005).

A mudança climática é um problema ambiental distinto dos demais enfrentados pela sociedade. A compreensão das mudanças climáticas requer ações coletivas e respostas globais entre os setores públicos, privados e a sociedade civil, emanando, assim, uma nova arquitetura de Governança para mobilizar e negociar os diferentes interesses dos atores envolvidos no que tange à constituição de um regime global e à própria estrutura da GAG.

Nessa tessitura, a GAG é um agrupamento conexo de organizações, instrumentos, instituições, agências, mecanismos de financiamento e normas capazes de regular e salvaguardar, em âmbito mundial, o meio ambiente, através do fortalecimento e da mobilização dos atores estratégicos. Complementando esse argumento, no relatório “Nossa Comunidade Global”, elaborado pela Comissão sobre GAG (1996, p.6), os autores Levy e Newell (2005), afirmam que a Governança clássica encontra-se superada, ensejando o surgimento de uma governança em múltiplos níveis, priorizando uma abordagem informal, participativa e integrada que “atenda aos interesses das pessoas e das instituições”.

Já na visão de Cruz (2004), a GAG é compreendida como o conjunto de princípios e normas mais ou menos institucionalizadas que asseguram a reprodução relativamente pacífica da ordem capitalista mundial estabelecida que circunda as organizações intergovernamentais. Avaliando ainda essas ações, o autor ressalta a importância do papel das agências no aprimoramento do próprio sistema de Estados, estendendo-o para todas as partes da GAG.

Com vistas a compreender as diferentes nuances que cercam o fenômeno da GAG, especialmente nas questões atinentes à problemática ambiental, a edição da Revista Gestão Social e Ambiental (RGSA, 2009), concebeu importância ao tema, uma vez que ONGs, empresas, redes de cientistas, indivíduos têm desempenhado papéis significativos na GAG. Para Andrade (2009), editor da RGSA, esses atores interferem em muitas instâncias na direção das negociações ambientais internacionais, resultando na afirmação de novas regulamentações e regimes ambientais globais.

Na literatura recorrente sobre o assunto, as empresas são consideradas atores transnacionais, descritos como unidade e ator social que articulam nos processos sociais globais e interagem com outras instâncias da sociedade mundial. Outra noção de agente transnacional é proposta pelos autores, Hoffman (1969), Mendershausen (1969), Kaiser (1971) e Rosenau (1992), citados por Villa (2001) respectivamente como “forças”, “unidades sociais”, “atores sociais” ou “microator”.

Autores como Barros-Platiau (2001), Andrade, (2008-2009), Levy & Newell (2005), Milani (2009) Figueres e Ivanova (2005), Esty e Ivanova (2005) e o próprio relatório “Nossa Comunidade Global” (1996), reconhecem a variedade de atores envolvidos nas áreas de Governança e a relevância dos atores não-estatais, considerados entidades não-soberanas. Os atores não-estatais podem ser compreendidos como todos os agentes que não pertencem à estrutura estatal, mas que desempenham papel econômico, político ou social expressivos em níveis nacional e internacional. Apesar da notória contribuição desses agentes, não há consenso entre os membros dessa categoria, e a maioria das definições engloba ONGs, corporações multinacionais, movimentos de libertação nacional, pessoas que superaram limites, sindicatos, instituições religiosas, grupos étnicos e universidades (BARROS-PLATIAU, 2001; BARROS-PLATIAU et al., 2004).

Esses agentes não estatais têm tradicionalmente contribuído para fixação das regras e códigos internacionais cujo crescimento nas últimas décadas, em grande parte, pôde ser atribuído ao processo de globalização, sobretudo a econômica e ecológica (VIOLA 1998). As empresas são reconhecidas como atores importantes para a GAG - intervêm diretamente na condução das políticas e regime internacionais, sejam para formação destas ou para seu enfraquecimento (ANDRADE, 2008-2009; LEVY & NEWELL, 2005).

De acordo com Levy e Newell (2005) e Andrade (2008) as empresas, através de lobbying, e de sua atuação como ator político, organizam uma nova forma de definir a questão da negociação, a criação e a implantação de regimes ambientais internacionais. Os *lobbies* devem garantir às empresas simultaneamente seus interesses corporativos e a eficácia na persuasão junto aos indivíduos do governo, na tentativa de aprovação de regimes especiais na área de sua circunscrição capitalista. No caso específico do meio ambiente, advertem os autores que a maioria das corporações tem usado sua influencia política para assegurar que os acordos e tratados ambientais sejam adotados de forma menos restritiva pelos governos, repercutindo, assim, em legislações ambientais benéficas aos seus negócios.

Os atores corporativos podem ser percebidos como mecanismos de aperfeiçoamento e melhoria da efetividade da GAG, em função de três motivos principais: as empresas são detentoras de recursos-chave (tecnológico, financeiro e organizacional); a participação mais ativa dos atores corporativos no processo de GAG pode implicar em mais comprometimento das empresas no período de cumprimento dos acordos e tratados; e a participação do setor privado é fundamental para a prática e o funcionamento dos instrumentos da GAC (ANDRADE, 2008).

Nesse contexto, um dos principais regimes não-públicos de GAG desenvolvido pelo setor privado para responder ao problema das mudanças climáticas é o CDP, objetivando promover diálogos entre investidores e corporações, através do *disclosure* (abertura) de informação, para a elaboração de respostas estratégicas às mudanças climáticas (PATTBERG e ENECHI, 2009 apud ANDRADE, 2009). Com a finalidade de analisar as tendências dos riscos e oportunidades decorrentes das mudanças climáticas e sua mitigação, as informações requeridas pelo CDP concentraram-se em quatro áreas principais: a) visão da Administração sobre riscos e oportunidades que a mudança climática representa para os negócios; b) contabilização das emissões de gases de efeito estufa; c) estratégia gerencial de redução das emissões ou minimização de riscos e capitalização, e Governança Corporativa relativa às mudanças climáticas.

O CDP abrange um grupo de trezentos e oitenta e cinco (385) investidores institucionais globais, responsáveis pela gestão de US\$ 57 trilhões e que buscam investir em empresas socialmente responsáveis e com valores corporativos semelhantes. Quanto aos investidores signatários do CDP, estão localizados nos continentes: África (1%), Ásia (8%), Austrália (7%), Europa (47%), América do Norte (27%) e América do Sul (10%). Em 2005, os investidores institucionais brasileiros começaram a aderir ao CDP, iniciando sua terceira edição.

No que tange à participação das empresas brasileiras no projeto, vale destacar que, em termos comparativos, desde a primeira publicação brasileira, em 2006, houve ampliação no número de preenchimento dos questionários ao longo dos anos 2007, 2008 e 2009 e 2010, como visto na Tabela 1.

Tabela 1- Evolução da participação das empresas brasileiras no CDP.

Edição	Participantes totais	Não respondentes	%
Brasil 50 – 2006	50	7	14,00%
Brasil 60 – 2007	60	3	5,00%
Brasil 75 – 2008	75	1	1,33%
Brasil 80 – 2009	80	0	0,00%
Brasil 80 – 2010	80	3	4,00%

Fonte: Relatório CDP (2010).

No Brasil, os fundos de pensão, seguidos pelos bancos e seguradoras, são os maiores investidores institucionais do CDP. De acordo com a ordem cronológica, o BrasilPrev Seguros e Previdências S.A. foi o primeiro ente brasileiro signatário do pedido de *disclosure*, seguido pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Providência Complementar (ABRAPP), Associação Nacional dos Bancos de Investimento (ANBID), Banco do Brasil e Previ. Acrescentam-se, além desses signatários brasileiros do CDP, os investidores subsequentes: Unibanco, Bradesco, Itaú, Real, CEF, Petros, Porto Seguro, Cia de Seguros Aliança do Brasil, entre outros (CDP, 2009).

Os resultados apresentados pelo CDP (2007- 2008) nacional e global destacaram que quase 100% das empresas brasileiras participantes deste requerimento argumentaram que a conscientização corporativa sobre os riscos climáticos é elevada. A adesão de empresas em países em desenvolvimento como o Brasil e a Índia, em relação às estratégias e oportunidades com o comércio de emissões, é mais vantajosa que a atuação em empresas sediadas na Europa.

No contexto descrito acima, o CDP brasileiro atribui tanto às organizações quanto aos indivíduos a responsabilidade sobre as mudanças climáticas, caracterizando-se como uma iniciativa voluntária de empresas abertas para subsidiar, através da divulgação de informações, o conhecimento sobre o problema do Aquecimento Global.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E DESCRIÇÃO ANALÍTICA DAS CATEGORIAS

O presente estudo classifica-se como de natureza bibliográfica e exploratória. O caráter bibliográfico constitui-se de levantamento de dados secundários em literatura acadêmica nas áreas ambiental e análise de conteúdo e do CDP, edição 2008. O estudo é exploratório por desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, visando à familiaridade com o fenômeno, quando um problema é pouco conhecido (CERVO & BERVIAN, 1983; KMETEUK FILHO, 2005; RUIZ, 1978).

Para melhor apresentar os processos metodológicos realizados durante a análise dos dados, foi organizada uma abordagem qualitativa pautada na técnica análise de conteúdo, proposta por Bardin (2000). Para a autora, a apresentação desse procedimento pode ser compreendida como um conjunto de técnicas de análises de comunicação, com intuito de obter procedimentos objetivos e sistemáticos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção dessas mensagens.

Complementando, Barelson apud Bardin (2000), afirma que a análise de conteúdo é uma metodologia de investigação que visa a uma descrição do conteúdo manifesto de comunicação de forma objetiva, sistemática e qualitativa. De forma geral, a técnica análise de conteúdo é caracterizada por três fases: i) pré-análise - constitui-se da escolha da edição do CDP, seleção e identificação da literatura correlata ao tema, formulação do objetivo e problema de pesquisa; ii) exploração do material ou codificação- representou o processo de tratamento dos dados brutos, agrupando-os em categorias (*a priori*) e subcategorias; segundo critérios teóricos do objeto de estudo; iii) tratamento dos resultados, inferência e interpretação, organizaram-se as informações obtidas durante a análise qualitativa e da categorização, possibilitando expor os dados em quadros e tabelas (BARDIN, 2000), conforme demonstrados nas seções 3.1 e 3.2.

Elegeram-se como objeto de investigação desta pesquisa o CDP, edição 2008 e o fenômeno da crescente participação das empresas brasileiras na GAG, mas especificamente no regime de combate às mudanças climáticas, como atores político-institucionais. A escolha pela publicação do CDP, 2008, justifica-se por destacar-se dentre as demais edições em relação ao maior número de empresas brasileiras respondentes desde sua realização no país, em 2005.

Quanto ao universo do estudo, foi composto pelas sessenta empresas respondentes ao CDP, 2008. A amostra foi representada pelas quarenta e oito empresas que autorizam a divulgação do conteúdo das suas respostas no relatório neste ano, havendo doze declinações.

As empresas foram agrupadas, para fins deste estudo, em segmentos mais representativos, reunindo-se em onze, conforme ilustrados no Quadro 1.

Quadro 1- Distribuição de empresas investigadas por segmento de atuação.

Segmento de Atuação
Siderúrgico-Metalúrgico
Papel e Celulose
Telefonia (Móvel e Fixa)
Serviços públicos (água, energia, transporte etc)
Financeiro
Comércio varejista, consumo e cosmético
Construção civil e transporte
Bens industriais e máquinas
Comércio e extração de minério de ferro
Petroquímico

Fonte: Elaborado pela autora.

3.1 Estrutura Conceitual e Analítica

Na literatura, autores como Bardin (2000), Minayo (1996) evidenciam a existência de metodologias distintas para análise de conteúdo. Dentre elas, citam-se as análises de enunciação, de expressão, de relações ou associações, do discurso, léxica ou sintática, transversal ou longitudinal, temática ou categorial, entre outras. Neste estudo, adotou-se a análise categorial, uma vez que aborda o desmembramento do discurso em categorias, em que os critérios de escolha e de delimitação orientam-se pela dimensão da investigação dos temas relacionados ao objeto de pesquisa, identificados nos discursos dos sujeitos pesquisados.

Na formação das categorias e subcategorias elaborou-se a codificação das unidades de análise para melhor controle e ordenamento do material trabalhado. Para Franco (2005) codificar significa o processo de transformação dos dados brutos, de forma sistemática em categorias e que, posteriormente, seja passível de discussão e interpretação dos dados mais relevantes do conteúdo.

O conjunto de procedimentos exigidos para o desenvolvimento da análise de conteúdo temático- categorial, pode ser sintetizado em: a) leitura flutuante – realizada sem a pretensão de extrair elementos específicos do tema, resultante das leituras dos textos selecionados para à pesquisa; b) definição dos objetivos –através da etapa anterior, puderam-se formular o objetivo e o problema de pesquisa; c) determinação das unidades de registro – representa a definição do tipo de unidade de registro adotado no estudo. As unidades de registro utilizadas foram as palavras, as frases, os temas e o documento (análise das respostas abertas do CDP). Esses procedimentos, todavia, não são exclusivos da análise de conteúdo e, portanto, podem ser seguidos por diferentes tipos de análises.

A estrutura conceitual foi obtida mediante a leitura e a interpretação dos dados do CDP e na literatura da área ambiental. Para fins analíticos, considerando a realidade descrita no CDP 2008, utilizaram-se dois critérios: i) levantamento das estratégias político-institucionais adotadas pelas empresas para influenciar as questões das mudanças climáticas; ii) identificação das estratégias ambientais relativas às respostas das empresas ao problema das mudanças climáticas.

O Quadro 2, a seguir, apresenta o modelo conceitual da pesquisa, composto por cinco categorias, sendo quatro mais relacionadas a estratégias ambientais (Justificativas para adesão

ao tema, Abordagens gerenciais adotadas para responder ao problema das mudanças climáticas, Instâncias de Responsabilidade Organizacional, Riscos Ambientais) e uma diretamente ligada a estratégias político-institucionais. Destas categorias derivam dezessete subcategorias.

Quadro 2- Estrutura conceitual para análise das informações ambientais.

Categorias	Subcategorias
Justificativas para adesão ao tema	Sustentabilidade
	Influência de <i>Stakeholders</i>
	Mercadológica
Abordagens gerenciais adotadas para responder ao problema das mudanças climáticas	Controle da Poluição
	Prevenção da Poluição
	Estratégica
Instâncias de responsabilidade organizacional envolvidas	Alta Administração, Conselho ou Diretoria
	Comitê existente
	Grupo Multidisciplinar criado
	Governança Corporativa
Estratégias Político-institucionais	Formação de parceiras ou acordos específicos
	Participação em Programas
Riscos Ambientais	Ausência de riscos
	Riscos Mercadológicos
	Riscos Físicos
	Riscos Químicos
	Riscos Regulatórios

Fonte: Elaborado pela autora.

3.2 Comparação do CDP entre Categorias e Subcategorias e Setores

O Quadro 3 apresenta a evidência das subcategorias ambientais por setor de mercado, classificada em dez setores. Observa-se que, no caso do CDP pesquisado, quarenta e oito empresas autorizam a divulgação das informações ambientais.

Quadro 3- Incidência das subcategorias, por setor de mercado.

Categorias	Subcategorias	Setores									
		A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
Justificativas para adesão ao tema	Sustentabilidade	1	1		2	1	1				1
	Influência de Stakeholders					2					
	Mercadológica			3	7	1		2	1		5
Abordagens gerenciais adotadas para responder ao problema das mudanças climáticas	Controle da Poluição		2		2	1		3			2
	Prevenção da Poluição			1							
	Estratégica		2		6	3	1		1		3
Instâncias de responsabilidade organizacional envolvidas	Alta Administração, Diretoria ou Conselho	2	2	1	8	5	1	1	1		2
	Comitê existente										1
	Grupo Multidisciplinar criado				1						
	Governança Corporativa										1
Estratégias institucionais	Político- Formação de parcerias ou acordos específicos	1	2		6			1	1		3
	Participação em programas		1		1	1					
Riscos Ambientais	Ausência de riscos	1		2	2	4		2		1	1
	Riscos Mercadológicos				1	2					
	Riscos Físicos			4	8	6		2	1		4
	Riscos Químicos				1						
	Riscos Regulatórios	1	3		8	4	1		1		4

Fonte: Elaborado pela autora.

Legenda : A- Siderurgia- Metalúrgia; B- Papel e Celulose; C-Telefonia (Móvel e Fixa) ; D- Serviços de Utilidade Pública; E- Comércio varejista e consumo; F- Petroquímico; G- Construção Civil e Transporte; - H-Comércio e extração de minério de ferro; I- Bens industriais e máquinas; J- Financeiro

No que concerne a incidência das subcategorias avaliadas, todas a seguir apresentaram somente uma, evidenciando sua influência pontual: subcategoria “prevenção da poluição”, da categoria “Abordagens gerenciais adotadas para responder ao problema das mudanças climáticas”; subcategorias “comitê existente” e “grupo multidisciplinar criado” e “governança corporativa” da categoria “Instâncias de responsabilidade organizacional envolvidas”; e

“riscos químicos” da categoria “riscos ambientais”. Tais subcategorias com incidência pontual foram percebidas nos setores de Telefonia, Serviços de Utilidade Pública e Financeiro.

Os riscos ambientais mais postos em evidência foram os riscos físicos e os riscos advindos da regulação das atividades exercidas. No estabelecimento de estratégias político-institucionais, predominam formações específicas de parcerias com outras organizações, ao invés do envolvimento em Programas. Quanto ao envolvimento das diferentes instâncias das organizações, percebe-se que a grande maioria das empresas envolve suas instâncias mais altas (Altas Administrações, Diretorias, Conselhos) nas atividades voltadas às mudanças climáticas, raramente envolvendo alguma forma de governança corporativa ou comitês e grupos em instâncias mais inferiores. Fica também evidente que o maior influenciador das empresas é o Mercado e as práticas gerenciais para as mudanças ambientais são especialmente centradas em interesses estratégicos das empresas, ressaltando assim a preponderância de interesses organizacionais relacionados à competitividade.

Quando são analisadas as estratégias ambientais e político-institucionais por meio das categorias e subcategorias, o segmento de Serviços de Utilidade Pública apresentou um número maior de incidências, destacando-se as: presença de riscos ambientais (físicos e regulatórios), estratégias político-institucionais (formação de parceiras, acordos etc.), abordagens gerenciais adotadas para responder ao problema das mudanças climática (estratégico) e justificativas para adesão ao tema (mercadológica). Esse setor integrou dezesseis empresas, caracterizadas pela dependência e uso intenso dos recursos naturais para o fornecimento de água, energia e transporte.

A presença de riscos ambientais foi uma subcategoria presente em todos os segmentos investigados. Em concordância com a perspectiva do CDP (2008), que aponta para uma maior divulgação e incorporação do tema das mudanças climáticas nas decisões de investimento, o CDP (2009) aponta crescimento - há de fato uma tendência crescente de gerenciamento dos riscos e oportunidades climáticas nas carteiras de empréstimo e nos financiamentos, corroborando com os dados quantitativos expostos no quadro. Os resultados evidenciados demonstraram que a maioria das empresas que integram esse campo ressalta as necessidades de análise de mercado como motivação para enfrentar os problemas ocasionados pelas mudanças climáticas aos negócios, ao mesmo tempo em que reconhecem os riscos ambientais e as dificuldades inerentes ao tema.

De acordo com o CDP (2008) o setor dos transportes aéreos e, especialmente o da construção civil, priorizam no investimento em inventários corporativos de emissões. Mesmo assim, no Quadro 3, evidenciou-se que esse conjunto de setores participa de forma discreta em estratégias político-institucionais (apenas uma incidência), demonstrando um quantitativo maior nas estratégias ambientais, sobretudo na subcategoria controle da poluição.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatou-se neste estudo que as empresas brasileiras integrantes do CDP, edição 2008, constituem-se como atores corporativos voluntários expressivos da GAG, no que tange às mudanças climáticas mas, ao mesmo tempo, é percebido como limitado na amplitude das estratégias ambientais e político-institucionais verificadas para influenciar e combater esse problema ambiental global.

Dentre as categorias analisadas, as abordagens gerenciais adotadas para responder ao problema das mudanças climáticas e as instâncias de responsabilidade organizacional merecem atenção especial, pois representam efetivamente a execução da GAG no âmbito interno das corporações. E, portanto, a predominância da subcategoria “estratégica” (da categoria “Abordagens gerenciais adotadas para responder ao problema das mudanças climáticas”) e da subcategoria “Alta administração, diretoria ou conselho” (da Categoria “Instâncias de responsabilidade organizacional envolvidas”) refletem um modelo gerencial estratégico, caracterizado pelo estabelecimento de objetivos e ações que alcancem efeitos no ambiente de negócios em que a empresa atua, colocando-a numa posição de vantagem competitiva.

Isso, todavia, aduz a uma visão dos negócios voltada para a competitividade, na qual se incorporam simultaneamente a proteção ambiental e o crescimento sustentado para criar valor aos acionistas de longo prazo, aproveitando as oportunidades e administrando os riscos econômicos, ambientais e sociais.

Outro aspecto relevante observado foi a afirmação e a preocupação das empresas com os riscos ambientais. As corporações estão assinalando suas incertezas e, também, as motivações que as fazem internalizar o tema das mudanças climáticas em seu processo de tomada de decisão e planejamento estratégico.

Nota-se, contudo, que apesar da crescente participação do setor privado na constituição dos regimes ambientais globais, principalmente no regime das mudanças

climáticas, alguns segmentos estão mais engajados que outros, e as estratégias político-institucionais aparecem timidamente por meio de formação de parcerias, acordos e na execução de programas em cooperação com entidades da sociedade civil e o Estado. Ainda sim, nesta pesquisa destacaram-se as empresas dos setores de serviços de utilidade pública, papel e celulose e financeiro com maiores incidências na concepção de acordos e parcerias.

Não obstante, algumas estratégias ambientais e político-institucionais essenciais para o fortalecimento do CDP brasileiro como mecanismo da GAG ainda aparecem pouco, sinalizando que as empresas brasileiras ainda não utilizam esse instrumento de *disclosure* (abertura) de informações sobre estratégias corporativas de combate às mudanças climáticas de maneira efetiva, comprometendo o importante papel desse mecanismo na GAG. No entanto, reconhece-se neste artigo, que iniciativas como o CDP têm desempenhado um papel relevante na mobilização de esforços conjuntos para mitigar os problemas resultantes das mudanças climáticas, demonstrando que a mitigação de mudanças climáticas implica intensa responsabilidade tanto para os setores produtivos quanto para os investidores. Esses estão cada dia mais sensíveis aos impactos das alterações climáticas nos seus negócios e conhecedores do seu papel na GAG.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, J. C. S. **O papel das empresas brasileiras participantes do Carbon Disclosure Project na governança ambiental global do clima.** Bolsa de Produtividade em Pesquisa CNPq. UFBA, 2009.

_____. O papel das empresas nas principais abordagens teóricas sobre Governança Ambiental Global (GAG). In: **Anais do ENANPAD 2008**, Rio de Janeiro- RJ, 2008b.

_____. Participação do Setor Privado na Governança Ambiental Global: evolução, contribuições e obstáculos. In: **Anais do X ENGEMA 2008** - Encontro Nacional de Gestão Empresarial e Meio Ambiente, Porto Alegre - RS, 2008c.

BARBIERI, J. C. **Gestão Ambiental Empresarial: conceito, modelos e instrumentos**, São Paulo, Editora Saraiva, 2006.

BARROS-PLATIAU, A.F. Novos Atores, Governança Global e Direito Ambiental Internacional. In: CUREAU, Sandra. (Org.). **Meio Ambiente**. 1 ed. Belo Horizonte: Lastro, 2004, v. 1. Disponível em: <http://www.esmpu.gov.br/serie-grandes-eventos-meio-ambiente/>. Acesso em: 12 out. .2008.

BARROS- PLATIAU, A .F.; VARELLA,M .D.; SCHLEICHER, R. T. **Meio Ambiente e relações Internacionais: perspectivas teóricas, respostas institucionais e novas dimensões de debate.** Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf>. Acesso em : 05 jan. 2009.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2000.

CARBON DISCLOSURE PROJECT (CDP), **Relatório 2005. Brasil**. Disponível em: <http://www.cdproject.net>. Acesso em: 28 maio. 2009.

_____. **Relatório 2006. Brasil**. Disponível em: <http://www.cdproject.net>. Acesso em: 28 maio. 2009.

_____. **Relatório 2007. Brasil**. Disponível em: <http://www.cdproject.net>. Acesso em: 28 maio. 2009.

_____. **Relatório 2008. Brasil**. Disponível em: <http://www.cdproject.net>. Acesso em: 28 maio. 2009.

_____. **Relatório 2009. Brasil**. Disponível em: <http://www.cdproject.net>. Acesso em: 28 maio. 2009.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia Científica: para uso dos estudantes universitários**. 2.ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

COMISSÃO SOBRE GOVERNANÇA GLOBAL. **Nossa Comunidade Global. O Relatório da Comissão sobre Governança Global**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

CRUZ, S. C. V. **Globalização, Democracia e Ordem Internacional**: ensaios de teoria e história. Campinas: Editora da Unicamp: São Paulo, 2004.

DIAS, C.C.; COSTA, M. C., North-South, Public-Private Partnerships for Biodiversity prospection: a case study in Peru. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, vol.3, n.2, 2009, p. 4-22.

_____. **The Business of Global Environmental Governance**. Cambridge, Mass., MIT Press., 2005.

ESTY, D. C.; IVANOVA, M. H. Revitalização da governança ambiental global: um enfoque baseado em funções : In : ESTY, D. C.; IVANOVA, M. H. (Org.) **Governança Ambiental Global**. São Paulo: Ed. SENAC, 2005.

FIGUERES C; IVANOVA, M.H. Mudança climática: interesses nacionais ou regime global; In : ESTY, D. C.; IVANOVA, M. H. (Org.) **Governança Ambiental Global**. São Paulo: SENAC, 2005.

FRANCO, M.L.P.B. **O que é análise de conteúdo**. Brasília. 2ª edição: Liber, 2005.

KMETEUK FILHO, O. **Pesquisa e análise estatística**. Rio de janeiro: Fundo de Cultura, 2005.

KOLK, A.; PINKSE, J. Multinational's Political Activities on Climate Change. **Business & Society**.v.46, n. 2, 2007.

KOLLECK. N. Business Power for Sustainable Development: The Role of Discourses. **RGSA**. v.3. n. 2, 2009.

LEVY, D. L.; NEWELL, P. J. **The Business of Global Environmental Governance**. Cambridge, Mass., MIT Press, 2005.

MILANI, C. R. S. Political Ecology, Environmental Movements and Transnational Contention In Latin America. **RGSA**. v.3. n. 2, 2009.

MINAYO, M. C.S **O desafio do conhecimento : pesquisa qualitativa em saúde**. 4 ed. São Paulo: Hucitec;1996

MOTA, J. A et .al. **Trajetória da Governança Ambiental**. Disponível em : <http://www.amda.org.br/objeto/arquivos/114.pdf> >. Acesso em : 06 de jan.2010.

OLIVEIRA, S.L.G . **Governança Global, Atores Não Estatais e o Direito Internacional** .Disponível em : <http://www.unisantos.br> > .Acesso em : 01 de Nov.2009.

PINKSE, J.; KOLK, A. **International Business and Global Climate Change**. London: Routledge, 2009.

REVISTA DE GESTÃO SOCIAL E AMBIENTAL. Disponível em :[http://< www.gestaosocioambiental.net](http://www.gestaosocioambiental.net). Acesso em : 10 de out. 2009

ROVER, S; BORBA,J.A; DELRI MURCIA,F. Características do *Disclosure* Ambiental de Empresas Brasileiras Potencialmente Poluidoras: Análise das demonstrações Financeiras e dos Relatórios de Sustentabilidade do período de 2005 a 2009.**CONTEXTUS: Revista Contemporânea de economia e gestão.** Vol. 7, Nº 1, jan-jun, 2009.

RUIZ, J. A. **Metodologia Científica: guia para eficiência nos estudos.** São Paulo, Atlas, 1978.

VEIGA, J. E. **Indicadores para a Governança Ambiental** . Disponível em : [http://<www.ecoeco.org.br>](http://www.ecoeco.org.br)Acesso em : 05 de Nov. 2009.

VILLA, R.A.D. Actors who not pertain to the state, and dealing with environmental issues in international relations: Greenpeace and the Antarctic. **Desenvolvimento e Meio Ambiente.** n. 4, p. 45-57, jul./dez. 2001.